



## **2º RELATÓRIO SOBRE O PERFIL DOS RÉUS ATENDIDOS NAS AUDIÊNCIAS DE CUSTÓDIA DE CAMPOS**

### **1. Introdução:**

As audiências de custódia, regulamentadas pela Resolução 29, de 24 de agosto de 2015 do Tribunal de Justiça do RJ, começaram a funcionar na cidade do Rio de Janeiro em 18 de setembro de 2015. Um pouco depois de dois anos, o projeto se expandiu e foram inauguradas mais duas Centrais de Audiência de Custódia, uma em Volta Redonda e outra em Campos, no dia 30 de outubro de 2017, no Presídio Carlos Tinoco da Fonseca, para atender os presos do norte e noroeste fluminense.

Desde seu início, os (as) defensores (as) públicos (as) preenchem um questionário de atendimento ao preso, acompanhando diariamente a realização dessas audiências. A partir da análise desses questionários, a Diretoria de Estudos e Pesquisas de Acesso à Justiça já apresentou diversos relatórios, indicando o perfil dos réus atendidos pela Defensoria Pública do Rio de Janeiro, bem como o resultado da análise da prisão feita pelos juízes, além de registrar ocorrências de tortura ou de maus-tratos, entre outras irregularidades.

Este é o 2º relatório de análise desses questionários com o perfil dos réus que participaram das audiências de custódia em Campos, correspondente ao período de sete meses, entre os dias 02 de janeiro e 31 de julho de 2018. O 1º relatório foi produzido com os dados de um mês de realização das audiências de custódia em Campos, de 07 de novembro e 07 de dezembro de 2017.

O relatório reflete a sistematização dos dados fornecidos pelos (as) defensores (as) mediante o preenchimento do questionário. A página do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJRJ) com o andamento dos processos na internet só foi consultada para conferir o resultado da audiência de custódia e a capitulação do fato cometido pelo réu quando essas informações não foram fornecidas pelo (a) defensor (a).

### **2. O perfil dos réus entrevistados pela Defensoria Pública:**

Entre os dias 02 de janeiro e 31 de julho de 2018, 1.410 custodiados foram entrevistados pelos defensores públicos nas audiências de custódia realizadas em Campos. Destes, em três casos os réus foram soltos no plantão e a audiência de custódia não foi realizada; em três casos foram soltos sob fiança e a audiência não foi realizada; e em outro caso a ficha não informa a data da audiência, nem o resultado, e não foi encontrado o número do processo no site do TJRJ na consulta feita pelo nome. Sendo assim, serão apresentados os dados de 1.403 réus.



# DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

## DIRETORIA DE ESTUDOS E PESQUISAS DE ACESSO À JUSTIÇA

Considerando o total de dias analisados (127)<sup>1</sup> a partir dos questionários da Defensoria Pública, é possível afirmar que foram realizadas, em média, 11 audiências de custódia por dia.

Mês	Audiências de custódia por mês
Janeiro	193
Fevereiro	176
Março	196
Abril	191
Maio	230
Junho	204
Julho	213
Total	1.403

Dos 1.403 réus entrevistados, 9% foram ou afirmaram que seriam representados por advogado particular.

Advogado?	
Afirma ter advogado	56
Advogado presente	48
Afirma ter advogado/Advogado presente	23
Total	127

Do total, 123 réus disseram estar algemados durante a audiência, quatro informaram que não estavam algemados e em 1.275 casos não há essa informação no questionário.

Quanto à informação sobre apreensão de arma, em 27% dos casos com informação houve apreensão de arma branca ou arma de fogo.

Houve apreensão de arma?	
Arma branca	5
Arma de fogo	104
Não	298
Sem informação	996
Total	1.403

Do total de casos, apenas 124 questionários mencionam que foi fixada fiança. Desses, 122 disseram que foram informados da fiança fixada e 55 disseram não ter condições de pagar a fiança no valor fixado.

<sup>1</sup> Não há registro de atendimentos realizados nos dias 15/01, 02/02, 16/02, 20/02, 29/03, 30/03, 19/04, 30/04, 28/05, 05/06, 06/06, 22/06, 27/06, 06/07, 10/07 e 11/07 além dos dias de feriados e finais de semana.



## DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

### DIRETORIA DE ESTUDOS E PESQUISAS DE ACESSO À JUSTIÇA

A liberdade provisória foi concedida em 376 casos e em 14 casos houve relaxamento da prisão em flagrante, ou seja, 28% dos casos com informação resultaram em liberdade, conforme indica a tabela abaixo. Em 337 casos foi indicado que a liberdade foi concedida com cautelar. Dos 985 casos de flagrantes convertidos em prisão, em sete houve substituição por prisão domiciliar, sendo cinco delas com a informação de ser lactante e/ou ter filho até 12 anos.

Foi concedida a liberdade após a audiência?	
Sim	390
Não	985
Sem informação	28
Total	1.403

Quanto à capitulação dada pela autoridade policial, segue a tabela com os tipos penais, demonstrando que 51,5% dos réus respondem por crimes da Lei de Drogas (Lei nº 11.343/2016) e 28,5% respondem por crimes contra o patrimônio.

Capitulação	
Furto (art. 155, CP)	160
Roubo (art. 157, CP)	141
Roubo em concurso com outros crimes, também em concurso com furto	37
Furto em concurso com outros crimes, exceto roubo	6
Outros crimes contra o patrimônio	38
Crimes contra o patrimônio em concurso com outros crimes, inclusive contra o patrimônio, exceto roubo, furto, Lei de Drogas e Estatuto do Desarmamento	10
Lei de Drogas (Lei 11.343/2006)	325
Lei de Drogas em concurso com crimes da própria Lei de Drogas	246
Lei de Drogas em concurso com outros crimes, exceto com roubo e furto	136
Estatuto do Desarmamento (Lei 10.826/2003)	85
Estatuto do Desarmamento em concurso com outros crimes, inclusive contra a própria Lei do Desarmamento, exceto roubo, furto e Lei de Drogas	30
Código Brasileiro de Trânsito	20
Outros crimes	140
Total com informação	1.374
Sem informação	29
Total	1.403

Quanto ao número de liberdades concedidas e prisões mantidas, do total com informação, em 69,8% dos casos de furto foi concedida a liberdade, enquanto no roubo



# DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

## DIRETORIA DE ESTUDOS E PESQUISAS DE ACESSO À JUSTIÇA

apenas em 4,3% dos casos a liberdade foi concedida. Quanto aos tipos penais da Lei de Drogas, se considerados de forma isolada, a liberdade é concedida em 23,5% dos casos. Se há concurso, esse percentual cai para 19,8%.

Capitulação	Liberdades concedidas	Prisões mantidas	Sem informação	Total
Furto (art. 155, CP)	111	48	1	160
Roubo (art. 157, CP)	6	133	2	141
Roubo em concurso com outros crimes, também em concurso com furto	3	33	1	37
Furto em concurso com outros crimes, exceto roubo	5	1	0	6
Outros crimes contra o patrimônio	26	12	0	38
Crimes contra o patrimônio em concurso com outros crimes, inclusive contra o patrimônio, exceto roubo, furto, Lei de Drogas e Estatuto do Desarmamento	7	2	1	10
Lei de Drogas (Lei 11.343/2006)	76	247	2	325
Lei de Drogas em concurso com crimes da própria Lei de Drogas	63	179	4	246
Lei de Drogas em concurso com outros crimes, exceto com roubo e furto	11	120	5	136
Estatuto do Desarmamento (Lei 10.826/2003)	18	67	0	85
Estatuto do Desarmamento em concurso com outros crimes, inclusive contra a própria Lei do Desarmamento, exceto roubo, furto e Lei de Drogas	3	27	0	30
Código Brasileiro de Trânsito	16	4	0	20
Outros crimes	39	90	11	140
Sem informação	6	22	1	29

As tabelas apresentadas a seguir, indicam os casos em que o réu afirmou já ter sido preso ou processado anteriormente; ter tido ocorrências na vara da infância e juventude e estar em gozo de algum benefício da execução penal. Além disso, são registradas as anotações na FAC, com as seguintes opções: anotações c/absolvição; reincidente; anotações aguardando julgamento.

Já foi preso ou processado anteriormente?	
Sim	649
Não	501
Sem informação	253
Total	1.403



# DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

## DIRETORIA DE ESTUDOS E PESQUISAS DE ACESSO À JUSTIÇA

Teve ocorrência nas varas de infância e juventude?	
Sim	165
Não	463
Sem informação	775
Total	1.403

Estava em gozo de algum benefício da execução penal?	
Sim	83
Não	49
Sem informação	1.271
Total	1.403

Quanto à pergunta se é réu primário, 760 marcaram o campo “réu primário”, e destes, em 20 casos foi acrescentado o termo “tecnicamente”.

É réu primário?	
Sim	740
Tecnicamente primário	20
Total	760

FAC	
Anotações aguardando julgamento	91
Anotações com absolvição	31
Anotações com absolvição e anotações aguardando julgamento	1
Anotação com sentença, sem trânsito	1
Anotações com absolvição e reincidente	1
Reincidente	121
Reincidente e anotações aguardando julgamento	2
Fazendo prestação de serviço	1
Sem informação	1.154
Total	1.403

Dos casos com informação, 34% afirmaram ter sofrido agressões por ocasião da prisão. 33 réus afirmaram que as agressões foram físicas e psicológicas; 330 disseram que foram físicas, 60 que foram psicológicas e 32 não informaram o tipo de agressão que sofreram. Foram contabilizadas 132 respostas à pergunta “se o Defensor considera que as agressões sofridas caracterizam tortura”, 113 responderam sim e 19 responderam não.

Sofreu agressões por ocasião da prisão?	
Sim	455
Não	890
Sem informação	58



# DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

## DIRETORIA DE ESTUDOS E PESQUISAS DE ACESSO À JUSTIÇA

Total	1.403
-------	-------

Quando perguntados se poderiam identificar o agressor, 385 réus responderam sim, 17 disseram não e 53 não responderam. Além disso, 11 réus identificaram dois tipos de agressores diferentes. O agressor que mais aparece indicado é o policial militar (89,6%) e quando acompanhado de outro agressor sobe para 92,5%.

Consegue identificar o agressor?	
Policial militar	345
Policial civil	3
Guarda municipal	4
Inspetor	3
Policial federal	1
Bombeiro	1
Segurança privada	1
Populares	16
Policial militar e policial civil	5
Policial militar e segurança privada	1
Policial militar e populares	5

Quando perguntados se poderiam identificar o local da agressão, 403 responderam que sim e 52 réus não responderam. Além disso, 17 réus identificaram dois locais diferentes e dois identificaram três locais diferentes. 88,3% indicaram o local do fato como sendo o local da agressão.

Consegue identificar o local da agressão?	
Local do fato	356
Delegacia	15
Viatura da PM	8
Unidade prisional	1
Na casa	2
Na DPO	1
Estrada de Barro	1
Local do fato e Delegacia	9
Local do fato e Viatura da PM	7
Delegacia e Viatura da PM	1
Local do fato, Delegacia e Viatura da PM	2
Total	403

As tabelas a seguir indicam as respostas sobre o momento da voz de prisão, se o réu foi informado pela PM do crime pelo qual estava sendo acusado e que poderia ficar em silêncio.



# DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

## DIRETORIA DE ESTUDOS E PESQUISAS DE ACESSO À JUSTIÇA

Em 58,9% dos casos com informação o réu foi comunicado pelo PM do crime de que foi acusado.

Ao receber voz de prisão, foi informado pela PM do crime de que é acusado?	
Sim	779
Não	544
Sem informação	80
Total	1.403

Em 36,4% dos casos com informação, o réu, ao receber voz de prisão, foi informado pela PM que poderia ficar em silêncio.

Ao receber voz de prisão, foi informado pela PM que poderia ficar em silêncio?	
Sim	473
Não	827
Sem informação	103
Total	1.403

Apesar do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro ter atendido a um pedido da Defensoria Pública, feito em uma ação civil pública, proibindo a veiculação de imagens dos presos em flagrante, em 51,9% dos casos com informação, os réus disseram que foram fotografados ou filmados por policiais militares. Dois réus disseram que foram fotografados por populares e foram contabilizados como não.

Quando capturado, foi fotografado ou filmado por policiais militares?	
Sim	652
Não	604
Sem informação	147
Total	1.403

Quando perguntados se poderiam identificar visualmente o PM que os fotografou ou filmou, 81,7% afirmaram que sim.

A foto incluía:	
Arma	1
Coisa	1
Droga (s)	3
Outra pessoa	11
Populares	1
Sem informação	635
Total	652



# DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

## DIRETORIA DE ESTUDOS E PESQUISAS DE ACESSO À JUSTIÇA

Sobre a alimentação e os pertences do custodiado, foram feitas as seguintes perguntas, indicadas nas tabelas a seguir.

Até o momento da entrevista, ao custodiado foi oferecida água?	
Sim	1036
Não	114
Sem informação	253
Total	1403

No momento da entrevista, o custodiado tem fome ou sede?	
Fome	12
Sede	26
Sim	212
Não	855
Sem informação	298
Total	1403

No momento da prisão, o custodiado estava?	
De chinelo	891
Descalço	157
Tênis	65
Sapato / bota	31
Sem informação	259
Total	1.403

No momento da entrevista, o custodiado estava?	
De chinelo	993
Descalço	127
Tênis	17
Sapato	7
Sem informação	259
Total	1.403

Algum pertence (não descrito no auto de apreensão) ficou retido na delegacia?	
Sim	459
Não	588
Sem informação	356
Total	1.403



Entre os pertences mencionados estão celulares, valores em dinheiro, roupas, calçados, acessórios, bicicletas, automóvel, documentos, chaves, cordões, anéis, mochilas, objetos de higiene pessoal e cartões de crédito.

### 2.1 Perfil social dos réus entrevistados pela Defensoria Pública:

Quanto ao perfil social dos presos, seguem os dados informados nos questionários.

Naturalidade		
Norte	AL (1); PA (1)	2
Nordeste	BA (20); CE (3); PB (2); PE (4); PI (1)	30
Centro-oeste	MT (1)	1
Sudeste, exceto RJ	ES (30); MG (29); SP (12)	71
Rio de Janeiro	RJ	1.129
Sul	PR (2); RS (2)	4
Brasileiros	Não identificaram o Estado de origem	60
Sem informação		106
Total		1.403

Dos casos com informação, 52,1% dos réus indicou ser solteiro, seguido daqueles que indicaram o estado cível casado ou em união estável (44,8%).

Estado civil	
Casado (a)	132
União estável	470
Divorciado (a)	28
Separado (a)	11
Solteiro (a)	700
Viúvo (a)	3
Sem informação	59
Total	1.403

Os réus de cor preta/parda representam 78% dos que foram atendidos na audiência de custódia e declararam sua cor, enquanto os de cor branca representam 21,2%, dos casos com informação.

Autodeclaração de cor	
Amarelo	6
Branco	282
Indígena	5
Pardo	680
Preto	359



# DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

## DIRETORIA DE ESTUDOS E PESQUISAS DE ACESSO À JUSTIÇA

Sem informação	71
Total	1.403

Considerando os casos de autodeclaração de cor de maior incidência, pretos/pardos e brancos, é possível indicar a proporção de liberdades concedidas em cada um deles. Em 282 casos de presos brancos, 100 tiveram a liberdade provisória concedida, ou seja, 35,46%, enquanto os negros passaram a responder ao processo em liberdade em 267 do total de 1.039 casos, o que corresponde a 25,7%.

Na tabela seguinte, é possível constatar que 70,6% dos réus que passaram pela audiência de custódia possuem apenas o ensino fundamental, muitas vezes incompleto.

Do total de casos, apenas 54 réus responderam que estudam e 89 disseram que não sabem ler e escrever ou sabem apenas o nome. Além disso, 108 disseram que sabem ler e escrever pouco e 1.167 disseram que sabem ler e escrever.

Grau de escolaridade	
Ensino fundamental	914
Ensino médio	368
Ensino Superior	10
Pós-graduação	1
Nunca estudou	2
Sem informação	108
Total	1.403

Quanto ao ano de nascimento, a maioria dos réus tem entre 18 e 32 anos (76,5% do total de casos informados).

Ano de nascimento	
Entre 1996 e 2000	427
Entre 1991 e 1995	278
Entre 1986 e 1990	151
Entre 1981 e 1985	107
Entre 1976 e 1980	74
Entre 1971 e 1975	35
Entre 1966 e 1970	18
Anterior a 1966	29
Sem informação	284
Total	1.403

Do total de casos com informação, 59,3% disseram ter filhos; 678 réus informaram que possuem filhos menores de 12 anos e 102 réus disseram que a sua esposa/companheira estava grávida.



Tem filhos?	
Sim	777
Não	534
Sem informação	92
Total	1.403

Dentre os 1.136 réus que responderam trabalhar antes de ser preso (83% dos casos com informação), apenas 35 disseram ter carteira de trabalho assinada. Dos casos com informação sobre os réus que afirmaram trabalhar, 96,7% responderam que já tiveram ou nunca tiveram carteira assinada, ou seja, não tem carteira assinada no momento.

Trabalhava antes de ser preso?	
Sim	1.136
Não	232
Sem informação	35
Total	1.403

Quando a pergunta sobre carteira assinada foi feita a todos os réus, independentemente de trabalharem ou não antes da prisão, dos casos com informação, a maioria disse que nunca teve carteira assinada (50,8%). 259 réus afirmaram ter feito curso técnico.

CTPS assinada?	
Tem	36
Já teve	493
Nunca teve	547
Sem informação	327
Total	1.403

Dos casos com informação, 13,8% dos réus disseram ser portador de alguma doença. Quanto ao uso ou dependência de drogas, 51,6% réus disseram ser usuários de algum tipo de droga e 40,1% consideram-se dependentes de algum tipo de droga.

Dos 698 réus que disseram ser usuários de drogas, considerando os casos com informação, as drogas mais citadas são maconha e cocaína, sendo 66,8% usuários de maconha; 13,7% cocaína; 15,3% maconha e cocaína.

É portador de alguma doença?	
Sim	189
Não	1.176
Sem informação	38
Total	1.403



Considera-se usuário de algum tipo de droga?	
Sim	698
Não	655
Sem informação	50
Total	1.403

Considera-se dependente de algum tipo de droga?	
Sim	224
Não	334
Sem informação	845
Total	1.403

Tipo de droga /réu usuário	
Cocaína	95
Crack	8
Maconha	463
Cocaína e crack	6
Maconha e cocaína	106
Maconha e crack	2
Maconha e tabaco	1
Maconha cocaína e crack	12
Sem informação	5
Total	698

## 2.2 Perfil das mulheres entrevistadas pela Defensoria Pública:

Do total de 1.403 casos, 115 são de pessoas do sexo feminino, ou seja, apenas 8,2%. Receberam a liberdade após a audiência de custódia 42,6% das mulheres.

Foi concedida a liberdade após a audiência?	
Sim	49
Não	66
Total	115

Em sua maioria, as mulheres respondem por crimes da Lei de Drogas (67,3%).

Capitulação	
Furto (art. 155, CP)	17
Roubo (art. 157, CP)	5
Roubo em concurso com outros crimes, também em concurso com furto	1
Furto em concurso com outros crimes, exceto roubo	1
Outros crimes contra o patrimônio	3



# DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

## DIRETORIA DE ESTUDOS E PESQUISAS DE ACESSO À JUSTIÇA

Lei de Drogas (Lei 11.343/2006)	25
Lei de Drogas em concurso com crimes da própria Lei de Drogas	41
Lei de Drogas em concurso com outros crimes, exceto com roubo e furto	10
Estatuto do Desarmamento (Lei 10.826/2003)	2
Estatuto do Desarmamento em concurso com outros crimes, inclusive contra a própria Lei do Desarmamento, exceto roubo, furto e Lei de Drogas	1
Código Brasileiro de Trânsito	1
Outros crimes	6
Total com informação	113
Sem informação	2
Total	115

Do total, 85 mulheres indicaram ter filhos (73,9%). Dessas, 69 afirmaram ter filhos até 12 anos (62,2%), dentre as quais apenas 29 receberam a liberdade e quatro obtiveram a cautelar de prisão domiciliar. Quanto a gravidez, 11 mulheres afirmaram estarem grávidas, duas disseram talvez e uma disse que não sabe.

Tem filhos?	
Sim	85
Não	26
Sem informação	4
Total	115

Considerando os casos com informação, a maioria das mulheres entrevistadas é preta/parda (80%).

Autodeclaração de cor	
Branca	22
Parda	54
Preta	34
Sem informação	5
Total	115

Considerando os casos com informação, o estado civil das mulheres se concentra em solteiras (55%) e em união estável (37,6%).

Estado civil	
Casada	4
União estável	41
Divorciada	2
Solteira	60



# DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

## DIRETORIA DE ESTUDOS E PESQUISAS DE ACESSO À JUSTIÇA

Viúva	2
Sem informação	6
Total	115

O grau de escolaridade corresponde ao já indicado com relação a totalidade de réus. A maioria das mulheres cursou apenas o ensino fundamental (69,8%).

Grau de escolaridade	
Ensino fundamental	74
Ensino médio	30
Ensino Superior	2
Sem informação	9
Total	115

Quanto a idade, do total com informação, a maioria é jovem, entre 19 e 32 anos (73,6%).

Ano de nascimento	
Entre 1996 e 1999	28
Entre 1991 e 1995	19
Entre 1986 e 1990	20
Entre 1981 e 1985	11
Entre 1976 e 1980	5
Anterior a 1976	8
Total com informação	91
Sem informação	24
Total	115

Do total de mulheres com informação, 78,4% disseram trabalhar antes de terem sido presa. 25 mulheres disseram que já tiveram carteira assinada e 58 disseram que nunca tiveram.

Trabalhava antes de ser presa?	
Sim	87
Não	24
Sem informação	4
Total	115

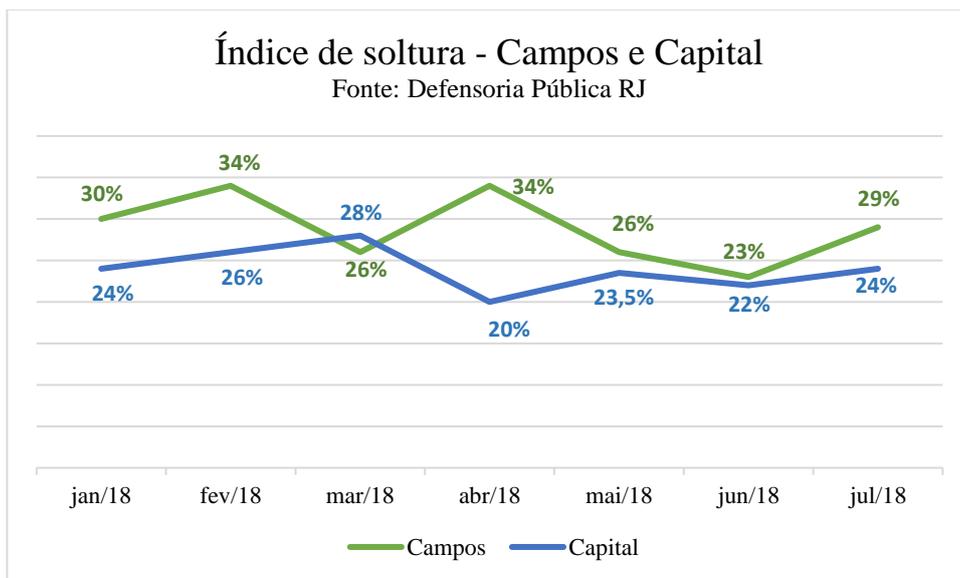
### 3. Conclusão:

Se compararmos o perfil dos casos que passaram pelas audiências de custódia em Campos com o perfil dos réus da central de audiências de custódia da Capital, é possível perceber uma diferença quanto aos crimes praticados, uma vez que no município do Rio



de Janeiro os crimes mais praticados são o furto e o roubo, e no norte fluminense, os réus praticaram, na maioria das vezes, os crimes previstos na Lei de drogas (Lei 11.134/2006).

Quanto ao índice de soltura, os valores se assemelham, ainda que Campos apresente uma tendência de um índice um pouco mais elevado.



Quanto ao perfil social dos réus atendidos pela Defensoria Pública, o padrão de réus em sua maioria pretos/pardos, com baixo grau de escolaridade, que trabalham no mercado informal e praticaram crimes contra o patrimônio ou previstos na Lei de drogas se mantém.

Sobre as mulheres, a maioria é jovem, com filhos, praticou crimes sem violência, previsto na Lei de drogas. Foi possível verificar, ainda, que os juízes não têm observado a política de proteção dos filhos, a partir da alteração do Código de Processo Penal pela Lei 13.257/2016, que determina a substituição da prisão preventiva pela domiciliar quando o agente for mulher com filho de até doze anos incompletos, pois apenas 47,8% das mulheres que afirmou ter filhos até essa idade recebeu a liberdade ou a prisão domiciliar.